

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado dia 26 de março, uma delegação do PCP visitou o Laboratório Regional de Saúde Pública do Algarve Dr.ª Laura Ayres.

Esta estrutura do Serviço Nacional de Saúde, localizada no Parque das Cidades Faro/Loulé, possui recursos humanos altamente qualificados e laboratórios dotados com os mais modernos equipamentos, permitindo-lhe responder com elevada qualidade aos atuais desafios da saúde pública.

Em particular, o Laboratório Regional de Saúde Pública Dr.ª Laura Ayres tem capacidade para fazer exames e análises para o Serviço Nacional de Saúde, internalizando atos que atualmente são contratados a empresas privadas.

Assim, a experiência-piloto levada a cabo na ARS do Norte, de internalização dos exames MCDT (meios complementares de diagnóstico e terapêutica) nos estabelecimentos de saúde públicos, deverá ser alargada ao Algarve, permitindo ao Laboratório Regional de Saúde Pública Dr.ª Laura Ayres realizar esses exames para os hospitais e centros de saúde do Algarve.

Com o objetivo de aproveitar plenamente as potencialidades do Laboratório Regional de Saúde Pública Dr.ª Laura Ayres, poder-se-á ainda explorar a possibilidade de estabelecer protocolos com entidades públicas da região algarvia para que as análises requeridas por essas entidades possam ser realizadas neste laboratório público.

O Laboratório Regional de Saúde Pública Dr.ª Laura Ayres dispõe apenas de dois assistentes operacionais, vendo-se forçada a recorrer aos serviços de uma empresa privada para assegurar a limpeza das instalações. Entende o PCP que esta não é a solução adequada; em vez da externalização de serviços, esta estrutura do Serviço Nacional de Saúde deveria poder contratar assistentes operacionais com vínculo público.

Um dos técnicos de diagnóstico e terapêutica do Laboratório Regional de Saúde Pública Dr.ª

Laura Ayres, com vínculo precário à instituição, candidatou-se ao Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (*PREVPAP*). Tendo recebido parecer positivo da Comissão de Avaliação Bipartida (*CAB*), aguarda homologação da tutela para regularização da sua situação laboral.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério da Saúde, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Tenciona o Ministério da Saúde proceder à internalização dos exames MCDT (meios complementares de diagnóstico e terapêutica) no Algarve, permitindo ao Laboratório Regional de Saúde Pública Dr.^a Laura Ayres realizar esses exames para os hospitais e centros de saúde da região? Quando será tomada uma decisão sobre esta matéria?
2. Com o objetivo de aproveitar plenamente as potencialidades do Laboratório Regional de Saúde Pública Dr.^a Laura Ayres, tenciona o Ministério da Saúde explorar a possibilidade de estabelecer protocolos com entidades públicas da região algarvia para que as análises requeridas por essas entidades possam ser realizadas neste laboratório?
3. Quando irá o Ministério da Saúde autorizar o Laboratório Regional de Saúde Pública Dr.^a Laura Ayres a contratar assistentes operacionais com vínculo público, em vez recorrer a empresa externas para assegurar a limpeza das instalações?
4. Para quando se prevê a homologação do parecer positivo da Comissão de Avaliação Bipartida, no âmbito do *PREVPAP*, e se procederá à regularização da situação laboral do técnico de diagnóstico e terapêutica, atualmente com vínculo precário?

Palácio de São Bento, 4 de abril de 2018

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)

CARLA CRUZ(PCP)